



CULTURAS POPULARES E EDUCAÇÃO LITERÁRIA NA INFÂNCIA

Eliane Carolina Dias Sobrinho Gonçalves¹

Luciane Pereira Rocha²

Rosane Araujo da Rosa Lima³

Sunamita do Carmo Silva⁴

Márcia Baiersdorf⁵

CULTURAS POPULARES E EDUCAÇÃO LITERÁRIA NA INFÂNCIA

RESUMO

Este relato de experiência descreve uma oficina de formação para professores que atuam com crianças de 4 a 8 anos. A proposta adota uma perspectiva literária, cultural e emancipatória da leitura e da escrita na infância. Inspirada no curso LEEI (Leitura e escrita na Educação Infantil), a oficina partiu do pressuposto de que alfabetizar vai além do ensino de códigos, focando na criação de experiências significativas em diálogo com a literatura, a oralidade e os saberes populares. A fundamentação teórica se apoiou em autores como Vygotsky, Paulo Freire, Sônia Kramer, Magda Soares e Walter Benjamin. A metodologia foi construída de forma vivencial e participativa, com momentos de escuta e reflexão sobre a prática docente, combinados com a criação de narrativas e atividades lúdicas. Tendo como objetivo promover a articulação entre teoria e prática pedagógica. O trabalho resultou na valorização da infância como tempo de escuta, criação e participação, em que a alfabetização é concebida como uma prática cultural que fortalece a identidade.

Palavras-chave: Alfabetização, Infância, Culturas populares.

¹ Mestranda do Programa PPGE:TPEN – Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, carolinaeliane@ufpr.br

² Mestranda do Programa PPGE:TPEN – Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, lucianep.rocha@gmail.com;

³ Mestranda do Programa PPGE:TPEN – Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, rosane.lima@educacao.araucaria.pr.gov.br;

⁴ Mestranda do Programa PPGE:TPEN – Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, sunamita.silva@ufpr.br;

⁵ Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal do Paraná - PR, marcia.baiersdorf@ufpr.br





INTRODUÇÃO

A articulação entre alfabetização e infância representa um dos desafios mais complexos e persistentes no cenário da educação brasileira, exigindo uma abordagem que vá além da técnica e contemple a totalidade do desenvolvimento infantil. Ao longo da história, diferentes políticas públicas e propostas pedagógicas buscaram responder a essa demanda, muitas vezes reduzindo a alfabetização ao domínio técnico de códigos e convenções gráficas. Entretanto, compreendê-la apenas como decodificação é insuficiente diante da riqueza de experiências culturais que as crianças carregam consigo. Nesse horizonte, a alfabetização deve ser vista (Kramer (2011), como prática cultural e social que insere a criança em múltiplas linguagens, favorecendo a produção de sentidos e a construção de identidades.

Como ressalta Freire (1996, p. 11), “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”, evidenciando que o aprendizado da escrita deve ser compreendido como prática social mediada pela cultura e mundo. De modo semelhante, Benjamin (1987) aponta que a infância é um campo privilegiado de imaginação e experiência, no qual a curiosidade e o brincar se revelam como modos de conhecer o mundo. Esses referenciais permitem ampliar o olhar sobre a alfabetização, deslocando-a de uma visão instrumental para uma perspectiva literária, cultural e emancipatória.

O atual Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (Pro - LEEI), instituído por meio da Portaria MEC nº 85, de 21 de janeiro de 2025, na condição de política pública criada pelo Governo Federal, tem como propósito promover a formação continuada de profissionais da Educação Infantil, fortalecendo o planejamento e a implementação de práticas pedagógicas que desenvolvam a linguagem oral, leitura e escrita. A participação das autoras no curso LEEI motivou reflexões e práticas que culminaram na oficina *Culturas Populares e Educação Literária na Infância*, realizada em maio de 2025, durante a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Dessa rica experiência emerge o presente relato, cujo objetivo é dialogar como a articulação entre literatura e culturas populares pode contribuir para uma educação literária na infância que vá além do ensino meramente instrumental, abrindo caminho para vivências emancipatórias. Ao valorizar a infância como tempo de escuta, criação e participação,





pretende-se refletir sobre a alfabetização como prática cultural que reconhece e ressignifica os repertórios que as crianças trazem de seus territórios e comunidades.

A proposta metodológica adotada nesse trabalho, fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, focada na articulação entre teoria e prática pedagógica. A oficina foi construída de forma vivencial e participativa, integrando momentos de escuta e reflexão com a criação de narrativas e atividades lúdicas. A partir dessa perspectiva literária, cultural e emancipatória da leitura e da escrita, os resultados indicaram que a oficina favoreceu a valorização da infância como tempo de criação e pertencimento, concebendo a alfabetização como uma prática cultural que fortalece a identidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A alfabetização, concebida por vezes, historicamente como o simples domínio de códigos e convenções gráficas, tem sido problematizada por diferentes autores. É premente reconhecer que o processo de alfabetização não é neutro, pois pode tanto reforçar as desigualdades sociais quanto fomentar a autonomia e a cidadania das crianças, a depender da forma como valoriza ou silencia seus repertórios culturais.

Magda Soares (2022, p. 11) desmistifica a visão instrumental ao afirmar que “aprender o sistema alfabético não é aprender um código, memorizando relações entre letras e sons”, chamando atenção para a necessidade de compreender a alfabetização em sua dimensão social e cultural. Nesse sentido, a autora defende que alfabetizar e letrar são processos indissociáveis, pois “aprender o sistema alfabético de escrita é, contemporaneamente, conhecer e aprender seus usos sociais” (Soares, 2022, p. 12). Tal compreensão deu origem ao conceito de *alfaletrar*, que amplia a visão da alfabetização, e constitui a criança como sujeito cultural e social, que aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, ou seja, nas práticas sociais de leitura e produção de textos (Soares, 2022, p. 27).

A alfabetização - a aquisição da tecnologia da escrita - não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita” (Soares, 2022, p. 27).

Ao reconhecer que o currículo escolar brasileiro é baseado em um modelo eurocêntrico, é premente que as práticas de ensino dialoguem com os interesses, linguagens e territórios das crianças. Permitindo ocorrer uma troca de saberes coletivo, considerando não





apenas os conteúdos enraizados em relações de poder, mas também os conhecimentos trazidos pelos estudantes e o contexto social em que esses estão inseridos.

Ao considerar que a leitura é indissociável da interação social, alfabetizar então é direcionar um olhar individual a cada estudante, buscando compreender suas histórias, seus gestos, seus silêncios, seu jeito único de ser. A luz desse entendimento, compreende-se que a alfabetização não pode ser apenas uma técnica isolada, mas uma articulação entre o que está registrado nas páginas dos cadernos com os contextos cotidianos dos estudantes.

É o que nos lembra Freire: “Viver a abertura respeitosa aos outros e, de vez em quando, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto de reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente” (Freire 1996, p. 133).

Quando se trata de crianças em processo de alfabetização, a ênfase do trabalho pedagógico deve aproximar-se o mais próximo dos gêneros textuais: “O texto deve ser o eixo central do processo de alfabetização” (Soares, 2022, p. 34). Considerando que estes já fazem parte de seus repertórios, sejam familiares ou no período da Educação Infantil.

De acordo com Soares (2022) o aprendizado da leitura e escrita quando imersos em experiências culturais, tais como brincadeiras populares, aproximam o universo escolar do cotidiano, levando ao encantamento pelo ritmo das palavras e com suas temáticas.

Por isso é necessário, já nas fases iniciais do processo de conceitualização da escrita, que muitas atividades se baseiam em palavras destacadas de textos – palavras de parlendas, cantigas, histórias, em atividades de leitura, escrita ou jogos lúdicos (Soares, 2022, p. 79).

Nesse sentido, a infância, não pode ser entendida apenas como uma etapa cronológica. Para Sônia Kramer (2007), trata-se de um período de intensa produção cultural e exercício de cidadania, no qual a criança não é receptora passiva de conteúdos, mas produtora de cultura, criadora de sentidos e intérprete de seu mundo. De acordo com Nunes e Kramer (2011) “A palavra tem franjas, nela se penduram sentidos de outros tempos e lugares. Conceitos e preconceitos são forjados, constituindo-nos e constituindo a nossa consciência”

Esse olhar, encontra afinidade em Walter Benjamin (1987), que compreende a infância como um campo privilegiado de experiência, imaginação e invenção. O autor destaca que o modo como a criança percebe o mundo, marcado pela curiosidade e pelo brincar, possibilita ressignificar tradições e instaurar novas formas de viver a cultura. Ressaltando o valor da narrativa como prática de intercâmbio de experiências e de preservação da memória coletiva, sobretudo em tempos em que essa forma de transmissão se encontra ameaçada.





Essa perspectiva converge com o pensamento de Freire (1996), que situa a alfabetização como um ato político e cultural. O autor desloca a alfabetização de uma prática meramente técnica para um processo dialógico, fundado no respeito e na escuta dos saberes que os sujeitos trazem de seus territórios. Para Freire (1987), “educar implica compromisso ético e amoroso”, compreendendo o estudante como protagonista da aprendizagem e reconhecendo que educador e educando se formam em reciprocidade.

Para Vygotsky (2014), o desenvolvimento intelectual da criança é inseparável do seu contexto cultural e social. Neste sentido, a aproximação entre a alfabetização e as manifestações das culturas populares, como parlendas e cantigas, não deve ser vista apenas como uma estratégia didática, mas sim como um caminho para uma educação literária de caráter emancipatório. Essas práticas culturais agem como mediadoras, pois conservam a memória coletiva e, simultaneamente, permitem que a criança recrie significados e se afirme ativamente como produtora de cultura.

A crítica benjaminiana à perda da narrativa, a concepção freireana de alfabetização como prática social, a defesa de Soares (2022) da indissociabilidade entre alfabetização e letramento e a visão de Kramer (2007) da infância como tempo de criação contribuem para compreensão de que alfabetizar é também valorizar as experiências, linguagens e saberes que as crianças carregam de seus contextos.

Desse modo, a alfabetização, entendida como prática cultural e dialógica, implica acolher os repertórios culturais que as crianças trazem consigo, suas leituras de mundo e as práticas de linguagem presentes em seus contextos de vida. O reconhecimento desses saberes constitui condição fundamental para uma educação literária que supere a visão instrumental e valorize a infância como tempo de criação, participação e pertencimento.

RESUMO DAS DISCUSSÕES E RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da oficina evidenciaram que a alfabetização, quando articulada à oralidade, à literatura e às culturas populares, não se reduz ao domínio do código escrito, mas se constitui como experiência estética, coletiva e emancipatória. Durante o encontro, os participantes foram convidados a compartilhar memórias, narrar experiências e recriar sentidos por meio do brincar com a palavra. Esse movimento confirmou a concepção de Walter Benjamin, para quem “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (Benjamin, 1985, p. 198). Ao narrar e ouvir, professores e licenciandos vivenciaram o intercâmbio de experiências, elemento essencial para a





preservação da memória coletiva e para a construção de aprendizagens que ultrapassam os limites técnicos da alfabetização.

A narrativa, nesse contexto, revelou-se como prática humanizadora, capaz de resgatar histórias silenciadas e valorizar os repertórios que cada sujeito traz consigo. Essa experiência aproximou-se da crítica benjaminiana à perda da narrativa na modernidade, ao mesmo tempo em que reafirmou a urgência de espaços educativos em que a palavra circule como construção coletiva de sentidos.

As contribuições de Paulo Freire reforçam essa perspectiva. Para o autor, alfabetizar é um ato cultural e político que parte das leituras de mundo dos estudantes. O autor nos lembra que a alfabetização só se torna significativa quando incorpora as experiências e saberes das comunidades.

Na oficina, essa concepção foi mobilizada nos momentos de diálogo, em que a escuta e a problematização possibilitaram repensar práticas pedagógicas e reconhecer a infância como tempo de criação e participação. O diálogo, entendido como condição da prática educativa, revelou-se um caminho potente para articular teoria e prática, permitindo uma relação de reciprocidade entre os participantes envolvidos no momento formativo, como o próprio Freire (1987) defende.

Os achados também dialogam com a concepção de Magda Soares (2022), que entende a alfabetização como prática indissociável do letramento. A autora questiona se realmente alcançamos a democratização da educação, uma vez que o fracasso escolar persiste de forma marcante na escola pública. Como destaca: “Se olharmos historicamente, o fracasso em alfabetização tem sido uma constante na educação pública brasileira” (Soares, 2022, p. 9).

Esse dado convoca educadores e pesquisadores a problematizar as condições estruturais que produzem desigualdades e a pensar práticas que fortaleçam a alfabetização como processo social, situado e cultural.

Na oficina, essa reflexão ganhou força no momento em que um dos participantes relatou não guardar nenhuma lembrança significativa de sua alfabetização, revelando que a escola, muitas vezes, não deixa marcas formativas ou afetivas nesse processo. Essa ausência de memória evidencia a necessidade de tornar a alfabetização uma experiência que emocione, envolva e produza sentidos duradouros.

Nesse mesmo horizonte, as reflexões de Sônia Kramer (2007) foram fundamentais para compreender a infância como produtora de cultura e não apenas como receptora de conteúdos. As brincadeiras, parlendas e cantigas trabalhadas na oficina demonstraram como a criança participa ativamente da criação cultural, transformando práticas populares em





vivências que articulam imaginação, linguagem e cidadania. Ao valorizar esses repertórios no espaço escolar, rompe-se com a visão instrumental da alfabetização e afirma-se a infância como tempo de experimentação e invenção.

Em suma, os resultados da oficina demonstram que a interconexão teórica entre Benjamin, Freire, Soares e Kramer possibilita uma compreensão da alfabetização como prática cultural intrinsecamente ligada à narrativa, oralidade, literatura e culturas populares. Essa perspectiva transcende a mera codificação, reafirmando o ato de alfabetizar como um processo de inserção das crianças em práticas sociais de linguagem que não apenas fortalecem a identidade e ressignificam memórias, mas também expandem seus horizontes de criação.

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este artigo adota uma abordagem qualitativa, compreendendo a oficina como experiência formativa e, ao mesmo tempo, como espaço de investigação. Trata-se de um relato de experiência de inspiração na pesquisa ação, no qual teoria e prática se entrelaçam em um movimento reflexivo e participativo.

O objetivo foi apresentar uma oficina de formação para professores da educação infantil de 4 e 5 anos, alfabetizadores e interessados em explorar as articulações entre alfabetização e culturas populares. A proposta metodológica pautou-se na troca de saberes e na reflexão conjunta, por meio da qual as professoras, a partir de suas próprias práticas e vivências, puderam dialogar com o referencial teórico que embasa este estudo. Desta forma, o trabalho não se configura como uma pesquisa com coleta de dados no sentido tradicional, mas sim como uma sistematização analítica dos achados e das reflexões geradas durante a oficina, transformando a experiência vivencial em material de análise.

A oficina, intitulada "Culturas Populares e Educação Literária na Infância", foi aprovada e realizada como parte da programação da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná (SEPE-UFPR). A atividade, que ocorreu em formato de roda de conversa e criação, contou com a participação de oito pessoas participantes, sendo sete estudantes de cursos de licenciatura da instituição e uma participante externa, atuante em temáticas relacionadas. A escolha pelo formato oficina justificou-se por sua natureza dialógica, que privilegia a escuta, a interação e a construção coletiva de conhecimento, em sintonia com a pedagogia freireana.

Durante o encontro, os participantes foram convidados a dialogar sobre como as parlendas, adivinhas e quadrinhas, presentes no cotidiano e nas brincadeiras das famílias,





podem ser pontes para a alfabetização. Foram apresentados e discutidos textos de culturas populares com o objetivo de demonstrar que a aprendizagem da leitura e da escrita se relaciona diretamente com as vivências e os saberes que os estudantes já trazem de casa. A partir dessa reflexão, a oficina buscou destacar que as crianças, ao interagirem com esses textos e brincadeiras, não são apenas receptoras de cultura, mas sujeitos que produzem e ressignificam.

O processo foi conduzido de modo vivencial e participativo. As rodas de conversa possibilitaram o intercâmbio de experiências; as leituras de textos literários e de culturas populares provocaram reflexões; e as produções criativas, como pequenas narrativas orais e escritas, evidenciaram o potencial da ludicidade e da poesia na formação docente. Dessa forma, a oficina configurou-se como espaço de formação e investigação, no qual buscou-se articular literatura, oralidade e saberes populares à reflexão sobre a alfabetização na infância.

Por fim, cabe destacar que este trabalho não implicou coleta de dados em sentido tradicional, mas sim a análise reflexiva de uma experiência formativa. A metodologia assumiu, portanto, caráter dialógico e interpretativo, em que os registros escritos e as falas produzidas durante a oficina foram compreendidos como material de análise, permitindo ressignificar concepções e práticas pedagógicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da oficina evidenciaram um potente resgate do saber tradicional: ao narrar e escutar histórias, as crianças atualizaram suas práticas culturais e reafirmaram a concepção de Walter Benjamin sobre a narrativa como transmissão de experiências. Nessa perspectiva, a força da experiência não reside na informação isolada, mas na sua comunicabilidade, que se enraíza na vida coletiva. Como magistralmente descreve, 'a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores' (Benjamin, 1985, p. 198). Este movimento pedagógico tem se mostrado fundamental, ao articular a alfabetização com a oralidade e com as culturas populares, o processo não se reduz ao mero domínio técnico do código escrito, mas se constitui como uma experiência estética, coletiva e, sobretudo, emancipatória. A oralidade e as histórias de vida se convertem em textos vitais, permitindo que a criança se reconheça como sujeito ativo de sua própria história e linguagem, inserindo-se criticamente no mundo letrado."

Ao ressignificarem tradições e recriar sentidos por meio do brincar com a palavra, as crianças revelam-se sujeitos ativos de cultura, confirmando que a escola, ao valorizar a





narrativa e a memória, potencializa aprendizagens que ultrapassam os limites técnicos e atingem a formação integral.

A aproximação entre Benjamin, Freire e Soares evidencia que alfabetizar, em uma perspectiva literária e emancipatória, significa valorizar a oralidade, a narrativa e as práticas culturais das comunidades infantis. Ao reconhecer que a infância participa ativamente da produção de sentidos e que a linguagem é mediada por experiências sociais, compreende-se que a educação literária deve se abrir às culturas populares, fortalecendo vínculos identitários e ampliando horizontes de criação.

Tendo a alfabetização como um processo social. E retomando a reflexão de Soares (2022), a persistência do fracasso escolar evidencia que a alfabetização continua a ser um desafio estrutural no contexto da educação pública. Essa constatação reforça a urgência de ações formativas que articulem teoria e prática, promovendo uma educação mais equitativa e significativa. Nesse sentido, a prática docente demanda intencionalidade para que o processo de alfabetização seja não apenas eficaz do ponto de vista técnico, mas também significativo, capaz de marcar positivamente trajetórias de vida dos estudantes. Assim, a alfabetização e o letramento, quando articulado com esses conhecimentos, tornam-se um processo vivo, que integra saberes locais e favorece a formação de sujeitos leitores e críticos. Em síntese, pode-se dizer que a alfabetizar é inserir os verdadeiros protagonistas (os estudantes) em práticas sociais em que a leitura e a escrita sejam vivenciadas como experiências de compreensão, interpretação e comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada na oficina *Culturas Populares e Educação Literária na Infância* possibilitou reafirmar que a alfabetização não pode ser compreendida como mera decodificação de signos, mas como prática cultural, social e política.

Ao mobilizar narrativas, brincadeiras e elementos das culturas populares, evidenciou-se que a infância é um tempo de criação e pertencimento, em que a linguagem se constrói de forma coletiva e dialógica. Nessa perspectiva, a alfabetização assume um caráter emancipatório, na medida em que valoriza os repertórios que as crianças trazem de seus territórios e transforma a escola e são transformadas em espaço de produção de sentidos.

As reflexões de Benjamin (1985; 1987) foram fundamentais para compreender a narrativa como prática formativa e como meio de intercâmbio de experiências que preservam a memória coletiva. Essa dimensão dialoga com a pedagogia freireana, que situa a





alfabetização como ato cultural e político, o que implica reconhecer as crianças como sujeitos que já interpretam e recriam a realidade antes mesmo de ingressarem na escola. Assim, a docência não deve se limitar à transmissão de conteúdos, mas deve se abrir ao diálogo, à escuta e à construção de aprendizagens significativas em reciprocidade.

Nesse mesmo horizonte, as contribuições de Magda Soares (2022) ressaltam que alfabetização e letramento são processos indissociáveis, cuja integração é condição para minimizar o fracasso histórico da educação pública brasileira. Isso significa que alfabetizar implica não apenas ensinar a ler e escrever, mas também inserir as crianças em práticas sociais de leitura e escrita que fortaleçam sua cidadania. E Kramer (2007), enfatiza a infância como espaço de produção cultural e exercício de direitos, lembrando que as crianças não são meras receptoras de cultura, mas sujeitos ativos que criam, inventam e ressignificam sentidos por meio do brincar e da imaginação.

As vivências da oficina revelaram um potente entrelace: ao permitir que a literatura dialogue intimamente com as culturas populares e com os processos de alfabetização, emergem novos e profundos sentidos para o ato de ensinar e aprender. Nesta perspectiva, alfabetizar transcende a instrução do código; é, sobretudo, um ato de escuta atenta e responsiva. É conceder espaço para que as histórias, os gestos e as memórias singulares das crianças se tornem a matéria-prima viva do cotidiano escolar.

Nesse movimento, a alfabetização se desvincula da mera decodificação e se constitui como uma rica experiência de criação, pertencimento e resgate cultural. As palavras ganham corpo e voz, enraizadas nas narrativas orais, nas cantigas tradicionais e nos desenhos inventivos, revelando a infância em toda a sua potência curiosa e criadora. Assim, a escola se transforma em um verdadeiro espaço dialógico de trocas e descobertas, onde a leitura, a escrita e a própria vida se encontram e se retroalimentam no ciclo contínuo da escuta pedagógica e da emancipação do sujeito. É o momento em que o aprendizado se torna a chave para ler o mundo e reescrever a própria história.





REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: **Obras escolhidas II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 85, de 31 de janeiro de 2025. Dispõe sobre o Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 04 fev. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-85-de-31-de-janeiro-de-2025-610589107>. Acesso em: 20 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KRAMER, Sônia. Infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Org.). Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 9-24.

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade**. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sônia. O papel da cultura, das linguagens e da experiência na constituição das crianças e dos educadores da infância. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3 (69), p. 25-40, set./dez. 2012.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; KRAMER, Sônia. Linguagem e alfabetização: dialogando com Paulo Freire e Mikhail Bakhtin. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 26-47, jan./jul. 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.



SOARES, Magda. **Alfabetrar**: Toda criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo: Contexto, 2022.

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

